

Dos mares do Japão às Terras Brasileiras: Algumas considerações sobre o Brasil, a imigração japonesa e sua influência na agricultura

Gil Vicente Nagai Lourenção¹

Resumo

Este artigo trata da presença japonesa na agricultura brasileira e oferece uma síntese da imigração japonesa e alguns números a respeito. Ele traz o contexto de início da imigração e interesses vinculados do ponto de vista brasileiro. Em segundo, apresenta fatos notórios em relação a imigração. Em terceiro, traz informações sobre as colônias pioneiras relacionando os locais e principais produções e, por fim, os projetos conjuntos desenvolvidos no Brasil com apoio do Japão. Em suma, trata-se de um pequeno resumo das principais colaborações e projetos realizados pelo Japão em território Brasileiro.

Palavras-chave: Imigração Japonesa; Japão; Projetos; Agricultura; Infraestrutura.

¹ Doutorando em Antropologia Social – Universidade Federal de São Carlos. Laboratório de Estudos Migratórios-UFSCar; Laboratório de Estudos da Japonêsidade - TsukubaUniversity .gilvicente@ufscar.br

From the Japanese seas to the Brazilian lands: thoughts about Brazil, the Japanese immigration and their influence on agriculture.

Abstract

This paper discusses the Japanese immigration and the influence in agriculture and provides a overview of it and some numbers regarding. It brings the beginning of immigration and concerned interests of the Brazilian point of view. Second, presents notorious facts regarding to immigration. Third, provides information about pioneering settlements and main productions and, finally, joint projects developed in Brazil with Japanese support. In short, this is a brief summary of the main collaboration and projects undertaken by Japan in Brazil.

Keywords: Japanese Immigration; Japan; Projects; Agriculture; Infrastructure.

Introdução

A história da imigração japonesa para o Brasil possui um longo começo. Principiando-se através de acordos na última década do século XIX, percorrendo grande parte do século XX com interrupções e retomadas, e tendo como motor original as relações entre Brasil e Japão, cada qual com questões a resolver internamente e às voltas com a consolidação de processos de nação. A imigração japonesa transcorreu durante praticamente todo o século XX no Brasil, e deixou marcas profundas em diversas áreas, desde as humanidades, das biológicas às exatas, ao comércio, agricultura, a ponto de chegarmos ao século XXI com a percepção de que se não fosse a coragem dos pioneiros migrantes – todos e das mais diferentes culturas – e a continuidade de suas relações em termos de

confronto e propagação cultural e de uma série de fatores de ordem política, social – em suma, fatores conjugados no termo amplo ‘cultura’ – não poderíamos falar de fato na existência de uma ‘cultura Nipo-Brasileira’, apontando para o horizonte das mútuas influências. Proponho neste texto falar apenas no que tange à condição do Brasil nesse contexto, mas lembremo-nos de que foi a relação entre Brasil e Japão que tornou singular a questão da migração japonesa e, no nível mais geral, uma conjuntura de fatores internacionais que possibilitaram ao Japão a tomada do Brasil como local de interesse para um êxodo populacional que configurou o último como o maior receptor de imigrantes japoneses, como é de conhecimento comum. Também é importante ressaltar a presença nipo-brasileira no Japão atualmente, indicando que as relações entre os dois países são amplas, embora em contínua transformação.

Este artigo é um comentário sobre o contexto de início da imigração japonesa, do ponto de vista brasileiro, apresentando alguns fatos notórios em relação a este início. Apresenta também algumas informações sobre as colônias pioneiras relacionando locais e principais produções e, por fim, alguns projetos conjuntos desenvolvidos no Brasil com apoio do Japão.

Nota anterior à abolição do tráfico de escravos e fim do império

A ocupação do território brasileiro foi para a metrópole portuguesa e para os seus contínuos governantes uma das maiores preocupações, desde que Portugal decidiu tomar posse do território, ainda no século XVI. Uma das estratégias de colonização foi explorar e posteriormente garantir a fixação através da agricultura. Sobre a fixação no território, o Brasil – que tinha tratamento de colônia de exploração, ou seja, era de interesse da metrópole portuguesa tudo o que pudesse ser viável economicamente, teve o ciclo da cana de açúcar nos séculos XVI e XVII no Nordeste, por meio do pacto colonial, que postulava que o comércio do

produto, ou seja, do açúcar, só poderia ser feito com a metrópole e sem concorrência. Nesse modo de produção se destacam o senhor de engenho e o escravo². A cana-de-açúcar, com o uso da mão de obra escrava, ocupou o litoral úmido do nordeste e algumas regiões do sudeste, deixando extensas áreas inexploradas em direção ao Oeste brasileiro. O século XVIII foi marcado basicamente pelo ciclo do ouro, que compreendeu a retirada deste metal dos atuais Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás e envio à metrópole. Posteriormente, no século XIX até a primeira metade do século XX, a cultura do café foi progressivamente se tornando importante do ponto de vista econômico, fornecendo a linha mestra da pauta de exportação do Brasil. As grandes fazendas de café se expandiram pelo Vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro, penetrando em seguida no sudeste de Minas Gerais e norte de São Paulo. O avanço do café coincidiu com a decadência das lavouras tradicionais de algodão e açúcar, que foram importantes produtos de exportação para o Brasil e que passaram a ser progressivamente substituídas em importância pelo café. A lavoura cafeeira proporcionou aos grandes proprietários rurais do Sudeste o suporte econômico necessário para consolidarem sua supremacia política perante as demais províncias do país.

Por volta de 1875, começou a delinear-se uma nítida separação, no Sudeste, entre duas zonas cafeeiras distintas. De um lado, o Vale do Paraíba e adjacências, onde dominavam as relações de trabalho escravistas e um sistema de exploração que foi responsável pelo esgotamento dos solos, a queda da produtividade e a decadência dos cafezais após algumas décadas de prosperidade. Do outro lado, o chamado Oeste Paulista, a área de terra roxa em torno de Campinas e Ribeirão Preto, cujos fazendeiros, que introduziram melhorias no processo de cultivo e beneficiamento do café, foram os primeiros a substituir a mão de obra escrava, que se tornava escassa e conseqüentemente cara, pelo trabalho

² Que era traficado nas costas africanas pelos Portugueses e vendido em mercados nas regiões costeiras do Brasil, principalmente no nordeste.

assalariado livre, quer de brasileiros, quer de imigrantes. Indicativo dessa passagem do Rio de Janeiro a São Paulo são os dados: em 1860, 80% da produção cafeeira provinha ainda da província do Rio de Janeiro. Por volta de 1885, a produção paulista ultrapassou a fluminense e, nos últimos anos do séc. XIX, correspondeu a quase metade da produção global do país.

A mudança da mão de obra escrava para a livre não foi pacífica no Brasil, e teve influência de uma conjuntura internacional principiada pela Europa e pela Inglaterra. A última teve relevância na extinção do tráfico e comércio de escravos e, a partir de 1807, passou a mover intensa campanha internacional contra o tráfico negreiro. Nas negociações do reconhecimento da independência do Brasil, por exemplo, a Inglaterra condicionara o seu apoio à extinção do tráfico e forçara Dom Pedro I a assinar, em 1826, um convênio no qual se comprometia a extingui-lo em três anos. Cinco anos depois, a regência proibiu a importação de escravos (1831), mas a oposição dos grandes proprietários rurais impediu que isso se consolidasse. Estimulado pela crescente procura de mão de obra para a lavoura cafeeira, o tráfico de escravos aumentou: desembarcaram no Brasil 19.453 escravos em 1845, 60 mil em 1848 e 54 mil em 1849.

Em setembro de 1850³, foi promulgada a Lei da Extinção do Tráfico Negreiro, mais conhecida como Lei Eusébio de Queirós. O fim da importação de escravos estimulou o tráfico interprovincial: para saldar suas dívidas com especuladores e traficantes, os senhores dos decadentes engenhos de açúcar do Nordeste e do Recôncavo Baiano passaram a vender, a preços elevados, seus escravos para as prósperas lavouras do vale do Paraíba e outras zonas cafeeiras. Forçados pela escassez e encarecimento do trabalhador escravo, vários cafeicultores paulistas começaram a trazer colonos europeus para suas fazendas. A mão de obra assalariada, porém, só se tornaria importante na economia brasileira depois de 1870,

³ Em 1851, ainda entraram 3.827 escravos no Brasil, e apenas 700 no ano seguinte.

quando o governo imperial passou a subvencionar e a regularizar a imigração, e os proprietários rurais se adaptaram ao sistema de contrato de colonos livres. Mais de um milhão de europeus (dos quais cerca de 690 mil italianos) imigraram para o Brasil em fins do século XIX. O importante a ser notado na segunda metade do Século XIX no Brasil são as transformações que originaram da passagem do Império a República, passagem essa que foi possível por uma ‘revolução burguesa’, mediante a transferência do capital agrícola progressivamente para o início da industrialização, embora estas duas correntes continuassem paralelas durante quase todo o século XX, visto que o Brasil em sua pauta de exportação sempre teve presença de produtos de agricultura e exportação de matérias primas. A peculiaridade da revolução burguesa no Brasil repousa suas raízes na escravatura, visto que foi a base política e econômica de suporte para o sistema de produção e para a política de Estado. De fato, a abolição do regime escravocrata ocorreu em 13 de maio de 1888, e fez com que as bases de legitimação do poder imperial ruíssem, ocasionando o fim do Império e início da República – 1889 – mediante um golpe militar.

O trabalho escravista foi fonte de críticas de uma elite que curiosamente se aproveitou largamente de seu emprego. Os filhos, formados na Europa e que se tornariam representantes dos interesses dos latifundiários, voltavam ao Brasil e se deparavam com uma realidade de escravidão e de extensos latifúndios que diferiam da realidade europeia, resultando em críticas ao trabalho escravo e aos modos de produção correntes no Brasil. Dos núcleos de crítica à ordem escravista, surgiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo em uma revolução dos brancos para os brancos, pois não se coadunou com a absorção do antigo contingente escravo em trabalhadores assalariados, senão muito ocasionalmente e em pequena escala. Combateu-se não a escravidão em si, mas o que ela representava em uma sociedade que abolira o estatuto colonial – ou seja, a sua relação de dependência em relação à antiga metrópole, Portugal – e que tinha pretensões de organizar-se como nação procuran-

do expandir sua economia de mercado mediante um controle sobre os destinos da nação: políticos, econômicos e militares.

Portanto, a segunda metade do século XIX conjugou uma ‘revolução’, que excluiu o trabalhador livre, negro, mulato e imigrante. O bloco de poder formado com a Primeira República⁴, apoiado principalmente na cafeicultura e na burguesia paulista e mineira, contou com o apoio da hierarquia militar e eclesiástica, além dos interesses veiculados pelo capital estrangeiro. O lema “ordem e progresso” da bandeira nacional incorpora esse ideal, que repousa em uma ideologia positivista e liberal de condução do Estado, mas não de um ideal compartilhado pela sociedade brasileira. Nesse momento vivido pelo Brasil, algumas questões demandavam urgência, e com o início da República passaram a ser como garantir e ampliar os braços para a lavoura⁵? Como povoar o território brasileiro garantindo sua defesa e unidade⁶? Em suma, a alternativa que parecia adequada para os interesses em termos de mão de obra e colonização foi estimular a imigração⁷. Mas essa imigração foi seletiva, pois visava um projeto de embranquecimento da população brasileira, além de conjugar interesses econômicos e militares no desenrolar da segunda metade do século XIX e durante todo o século XX.

⁴ República Velha: 1889-1930.

⁵ Em 1889, a economia brasileira era tipicamente rural, com produção em escala e extensiva de café, açúcar, fumo, cacau e borracha e mate extrativas, visando à exportação. Pelo menos no tocante ao Estado de São Paulo e Minas Gerais, o produto que tinha maior exportação era o café.

⁶ Em vista de uma tendência centrífuga, de separação, presente nos Estados do Sul. A unidade de um território de dimensões continentais foi garantida pela ação militar, internamente sufocando cada revolta, além da manutenção da língua portuguesa obrigatória e o controle centralizado das decisões de Estado na Capital Federal.

⁷ Entre 1880 e 1969 entraram no Brasil cerca de 5.158.964 imigrantes, sendo Portugueses: 1.604.080, Italianos: 1.576.220, Espanhóis: 711.711, Japoneses: 247.312, Alemães: 208.142, Mediterrâneo e Oriente Médio: 140.464 e Outros: 671.035. Em relação às outras correntes migratórias, a japonesa destacou-se por ser a última a chegar, ser a de mais curta duração e a que apresentou o maior índice de fixação em solo paulista.

Imigração e acordos

Visando introduzir imigrantes no Brasil, surgem, ao lado de companhias oficiais, inúmeras empresas fomentadoras de emigração⁸. Os europeus tinham preferência em razão da tendência de ‘embranquecer’ a população e, por este motivo, os italianos, alemães, portugueses e espanhóis eram mais requisitados. A tendência geral era não aceitar acordos sobre imigrantes negros – em razão da herança escravista – e asiáticos – em decorrência de estereótipos variados. Havia também uma confusão entre os chineses e japoneses no designativo geral ‘asiáticos’, ao menos no início das considerações para a imigração e que foram se transformando mediante a ampliação do conhecimento do Japão por parte das elites dirigentes no Brasil.

O tratado de amizade, comércio e navegação entre Brasil e Japão⁹ foi assinado em 1895, em Paris, pelos representantes diplomáticos dos dois países, ficando explícito neste momento que o objetivo era angariar mão de obra para a agricultura no Brasil (SAKURAI, 2008, p.18-20), mas se passaram mais de dez anos até que a imigração japonesa se tornasse realidade. Enquanto isso, no contexto das emigrações europeias para o Brasil, ficava claro que havia dificuldades variadas sobre a questão, uma vez que não foram poucos os relatos de abuso e de trabalho em situações precárias, o que fez com que alguns países vetassem a migração

⁸ Companhia Mutualidade Agrícola, com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, Sindicato Paulista, a Prado & Jordão e a Associação Promotora da Imigração Asiática. A Prado & Jordão cuidava somente da imigração de japoneses. A concorrência era acirrada e as críticas que se faziam às empresas giravam em relação a real finalidade lucrativa das companhias, ao fato de os proprietários não contarem com garantias suficientes e de os imigrantes não terem direito de escolha da propriedade para a qual prestariam seus serviços.

⁹ Antes de se iniciar a imigração em larga escala de japoneses para o Brasil, há de se recordar que os primeiros quatro japoneses, tripulantes sobreviventes do “Wakamiya-Maru”, a pisarem em solo brasileiro, no porto de Florianópolis, em 1803. Ao regressarem ao Japão, relataram a sua aventura para Ohtsuki Gentaku, que documentou a passagem deles por Santa Catarina, fazendo menção ao seu povo e produtos agrícolas da época.

para o Brasil. Contudo, o contexto mundial desfavorável ao Japão, com proibições para entrada de seus emigrantes em alguns países, facilitou a chegada a um termo. Desde 1906 a efetivação da vinda de colonos começou a ser articulada por Ryu Mizuno¹⁰, diretor da *Kokoku Shokumin Kaisha*¹¹, a principal companhia japonesa que administrou a vinda de imigrantes até 1917. Diante da revalorização dos preços do café brasileiro desde o convênio de Taubaté¹² e das restrições à entrada de italianos no Brasil desde 1902, os produtores paulistas de café entraram em acordos com o Japão. Em janeiro de 1907¹³ foram promulgadas as

¹⁰ O Sr. Ryu Mizuno visitou o Brasil pela primeira vez em 1906. Desembarcou no porto de Callao, no Peru, transitou de navio para Valparaíso, no Chile, transpôs a cordilheira dos Andes, chegou a Buenos Aires de trem e finalmente de navio ao Rio de Janeiro. A sua segunda viagem ao Brasil ocorreu em 1907, após a promulgação das novas leis de imigração.

¹¹ Companhia Imperial de Emigração.

¹² Em Fevereiro de 1906, reuniram-se em Taubaté, os governadores dos Estados de São Paulo (Jorge Tibiriçá), Minas Gerais (Francisco Sales) e Rio de Janeiro (Nilo Peçanha). Assinaram um convênio que estabelecia as bases de uma política conjunta de valorização do café, condicionado à aprovação do presidente da República, e tendo as seguintes medidas: 1-Visando estabelecer um equilíbrio entre a oferta e a demanda, o governo interviria no mercado, adquirindo os excedentes dos cafeicultores; 2-O financiamento das aquisições se efetuariam mediante o recurso a capitais obtidos por empréstimos estrangeiros; 3-A amortização e os juros desses empréstimos efetuar-se-iam mediante um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportado; 4-Visando solucionar a médio e longo prazo o problema do excesso de produção, os governadores dos Estados produtores adotariam medidas visando desencorajar a expansão das lavouras pelos cafeicultores.

Com essas medidas, os preços do café foram mantidos artificialmente altos, garantindo-se os lucros dos cafeicultores. Esses, ao invés de diminuir a produção de café, continuaram a produzi-lo, obrigando o governo a contrair mais empréstimos para adquirir o excedente. O Estado adquiriu o produto para revenda em momentos mais favoráveis até 1924, ano em que foi criado o Instituto do Café de São Paulo, e a intervenção federal passou a ser indireta.

¹³ O Decreto No. 1.458 do Governador do Estado de São Paulo – Jorge Tibiriçá – regulamentou a Lei No 1045C, de 27 de dezembro de 1906, que dispunha sobre a imigração e colonização no território paulista. Esse dispositivo vigorou nos primeiros anos da imigração japonesa nesse Estado, e considerado parte integrante dos contratos assinados pelo Governo Estadual com as companhias japonesas. De acordo com este decreto, seriam considerados “imigrantes somente os passageiros de terceira classe que, viajando por conta própria ou tendo a passagem paga pelo Estado, pelas municipalidades ou por empresas

novas leis de imigração e colonização, de âmbito Estadual, o que permitiu fazer um acordo com o então Secretário da Agricultura de São Paulo, Sr. Carlos Botelho: “não visa a colonização japonesa propriamente dita, mas um ensaio de um braço para lavoura cafeeira, em vista dos embaraços que oferecem as nações da Europa para a partida de emigrantes”. Pelo contrato firmado em novembro de 1907, com o governo de São Paulo e depois com o do Rio de Janeiro, foi dada a permissão para entrada no país durante três anos, de 1.000 imigrantes a cada ano, compostas de famílias com no mínimo três trabalhadores com idades entre 12 e 45 anos, independente de sexo, para trabalhar nas fazendas de café¹⁴. Nessa mesma época, com o estreitamento das relações bilaterais, o governo de São Paulo visou como contrapartida à introdução de imigrantes japoneses, iniciar a colocação de café no mercado asiático, e principalmente japonês, e apoiou a proposta dos fazendeiros paulistas juntamente com o Sr. Ryu Mizuno para uma campanha de propaganda de café no Japão. Aliás, o próprio Sr. Mizuno, em sociedade com um amigo, abriu uma loja em Tóquio, denominada de Café Paulista, até hoje existente em Guinza, administrada pelo neto do Sr. Shiwa, antigo sócio do Sr. Mizuno (YAMANAKA, 2009, p.117). Em termos gerais, despontava uma boa perspectiva ao se tomar a imigração japonesa em um duplo registro: fornecimento de mão de obra para a lavoura do café e a busca de se ampliar o mercado consumidor deste produto,

particulares, agrícolas ou de colonização em sua totalidade ou parcialmente, contassem com menos de sessenta anos, viessem sós ou em companhia de família e fossem agricultores, operários ou artistas”. Esse decreto faz as mesmas restrições à entrada de imigrantes determinadas pelo Decreto No 6.455 da União: “Os imigrantes deveriam vir constituídos em famílias compostas exclusivamente de, no mínimo, três indivíduos aptos para o trabalho, sendo assim considerados os de idade entre doze e quarenta e cinco anos”

¹⁴ A despesa que cada família de imigrantes teria que arcar seria de 500 ienes, dos quais 100 ienes correspondiam às despesas de viagem de Kobe a Santos, subsidiadas pelo governo de São Paulo, estabelecidas em dez libras (159\$170 Réis) por adulto, cinco libras por criança entre sete e doze anos e duas libras e dez xelins por criança de três a sete anos. Os menores de três anos seriam transportados gratuitamente. Os fazendeiros que recebessem imigrantes reembolsariam o governo com as quantias de quatro, duas e uma libra respectivamente, permitindo-se descontar tais quantias dos salários dos imigrantes.

além de em menor sentido, a busca de povoamento do território, razão essa de segunda ordem neste momento para o Brasil, mas que era importante para o lado japonês, em razão de escoar o excesso populacional.

Imigração Japonesa 1908 a 1940 - Estado de São Paulo

Em 1908 chega ao Brasil o famoso Kasato Maru, trazendo imigrantes japoneses que viriam compor um coletivo de trabalho no Brasil, e que iria se adensar progressivamente nos anos seguintes¹⁵. Convencionou-se – de acordo com os estudiosos da imigração – tomar o ano de 1908 como o início da migração japonesa para o Brasil em razão de ser este o ano em que se efetiva o movimento migratório, após quase dez anos de tentativas e acordos. Logo, chega ao Porto de Santos 781 imigrantes¹⁶. De acordo com Sakurai (1999, p. 208), esse é o início da “fase experimental da emigração japonesa”, uma vez que nem bem os cafeicultores, nem as empresas de imigração e nem os imigrantes tinham certeza do que aconteceria e se de fato teria sucesso o empreendimento. Mas um fato é notório. O apoio e acompanhamento do governo japonês foram fundamentais para o sucesso do movimento migratório.

A primeira leva de imigrantes foi encaminhada para as fazendas Dumont, Guatapará, São Paulo *Coffee Estates*, São Martinho,

¹⁵ De 1908 a até a década de 1990, somando os descendentes, o Brasil conta com 1,2 milhões de pessoas de descendência japonesa. Os imigrantes japoneses somaram 234 mil pessoas até a finalização da imigração oficial, ocorrida na década de 1960.

¹⁶ O número de 781 pessoas, de acordo com a Hospedaria Geral do Imigrante, eram provenientes de: Okinawa, 324; Fukushima, 107; Kumamoto, 49; Yamaguchi, 20; Niigata, 9; Kagoshima, 172; Hiroshima, 66; Ehime, 21; Miyagi, 10; e Tokyo, 3 pessoas. De acordo com o Consulado Geral do Japão, comparado ao levantamento da Hospedaria Geral do Imigrante, existem algumas divergências nos dados. De 781 imigrantes, o Consulado registra: imigrantes de Fukushima: 77; Hiroshima: 42; Kumamoto: 79; Yamaguchi: 30, além de apontar 14 pessoas como vindas de Kochi.

Sobrado, Floresta e Chanaan¹⁷ – todas no Estado de São Paulo, Oeste paulista – visando diretamente o trabalho na lavoura cafeeira. Pelo levantamento realizado pela Secretaria da Agricultura em dezembro de 1908¹⁸, após a introdução dos imigrantes, de 772 japoneses alocados, 430 haviam abandonado as fazendas, e após treze meses, apenas 191 permaneceram, ou seja, menos de 25%. Isso demonstrou a existência de problemas, evidentemente, e entre eles o ritmo de trabalho nas fazendas, as péssimas condições de moradia e dificuldades variadas em relação à exploração do trabalho. Sobre esse ponto, as dificuldades de trabalho nas fazendas de café não foi particularidade dos japoneses; os imigrantes de outras nacionalidades também se rebelaram, e é importante que seja retido que o problema de fato não era bem o trabalho, mas o que se escondia por trás dele: uma lógica perversa de tomada do trabalhador como um mero instrumento de trabalho, que era a lógica na qual se operava a noção de trabalho braçal no Brasil, construída principalmente pela herança escravista.

Embora o ‘ensaio’ da imigração japonesa não tenha sido satisfatório, as negociações entre as autoridades japonesas e paulistas prosseguiram e, em 1910, com 906 passageiros, chegou a Santos o Ryojun Maru, com a segunda leva de imigrantes. Tendo em vista inúmeros insucessos da primeira leva de imigrantes, em novembro de 1908 o antigo contrato foi reformulado, e foram impostas condições mais rigorosas na seleção de famílias e de membros: a unidade familiar migrante deveria contar com pelo

¹⁷ A distribuição das famílias se fez respeitando, na medida do possível, as províncias de origem. Assim, para a fazenda Dumont foram as procedentes de Fukushima, Kumamoto, Kagoshima, Niigata e Hiroshima; para São Martinho, o restante de Kagoshima; para Sobrado, os de Yamaguchi e Ehime; para Floresta, as de Okinawa; e para a propriedade de São Paulo CoffeeStates as demais de Okinawa.

¹⁸ Na fazenda Guatapará, as 23 famílias a ela encaminhadas cumpriram o contrato e 14 o renovaram; na fazenda São Martinho, das 26 famílias, 15 continuaram a servir com renovação do contrato e 11 não o haviam cumprido por serem de profissões estranhas à lavoura, ou por terem vindo na condição de agregados. Na fazenda São Paulo *CoffeeStates*, das 24 famílias, 18 renovaram o contrato.

menos três pessoas aptas para o trabalho entre 12 e 45 anos e composta exclusivamente por agricultores. Os preços das passagens, fretes e prazos foram alterados. Os imigrantes foram distribuídos em dezesseis fazendas¹⁹. O índice de fixação dessa segunda leva foi alto, com exceção de três fazendas, as de Jataí, Santa Maria e Santana, cujos problemas se referiam topografia e à qualidade do terreno, a pouca área de cultivo familiar, aos preços praticados nos armazéns²⁰ e em relação ao tratamento sofrido com os administradores. Assim, a pesquisa realizada em março de 1911, indicava a permanência de 75% dos imigrantes assentados. As dez levas posteriores – 1908 a 1914 – de imigrantes japoneses, em um total de 14.892 pessoas, foram encaminhadas às dez maiores fazendas do Estado de São Paulo²¹. Passando-se o tempo e vencidos os primeiros contratos de trabalho como empregados nas fazendas de café, na maioria de um ano, os japoneses, com apoio de empresas de imigração e colonização e de fazendeiros, iniciaram o assentamento de famílias em núcleos coloniais, conforme uma das cláusulas do contrato de imigração²², em lotes de 10 a 15 hectares, dependendo do número de membros de cada família.

¹⁹ Fazendas: Guataparará, Veado, Joaquim, Boa Vista, Célula, Santa Cândida, Paraíso, Jataí, Sobrado, Araguá Mirim, Santa Maria, Santana, São Francisco, Guabiroba, São Pedro, Joaquim Ribeiro e nas linhas Sorocabana, Paulista e Noroeste.

²⁰ As propriedades dos fazendeiros possuíam armazéns para suprimento dos moradores, e não rara era forma de espoliar os trabalhadores, cobrando abusivamente e aumentando o débito dos mesmos, que ficavam assim sujeitos a uma ampliação compulsória do contrato até o saldar das dívidas.

²¹ Companhia Agrícola Guataparará, município de Ribeirão Preto – 996 pessoas. Cia Agrícola São Martinho, Sertãozinho, 725 imigrantes. São Paulo *CoffeeStates*, São Simão, 447 pessoas. Santa Maria, São Francisco e Santana, município de São Manoel, 324 pessoas. Albertina Prado e Filhos, Ribeirão Preto, 291 pessoas. Santa Isaura, Ribeirão Preto, 270 imigrantes. Monte Alegre, Ribeirão Preto, 233 pessoas. Sobrado, São Manoel, 229 pessoas e Bela Vista, em Sertãozinho, 227 imigrantes.

²² O contrato reformulado em 14 de novembro de 1908 garantia aos japoneses munidos de recursos a compra de lotes nos núcleos coloniais, sem necessidade de passar pelo trabalho na fazenda (TRUZZI, 2008, p.76).

Algumas características

Da fase que cobre a primeira leva de imigrantes de 1908 até 1924, algumas características podem ser ressaltadas. Nessa etapa, a vinda dos trabalhadores japoneses – que sempre foi assistida oficialmente pelo Japão – direcionou-se para o Estado de São Paulo. Os primeiros imigrantes vinham através de contratos entre as companhias de emigração e os cafeicultores paulistas, que custeavam o estabelecimento das famílias nas fazendas. Afora as crises e decepções – em relação ao ritmo de trabalho e sobre o sonho de enriquecer e retornar ao Japão – o quadro das primeiras experiências foi se modificando e os japoneses num lapso de tempo relativamente curto tornaram-se pequenos proprietários. É preciso dizer que a própria dinâmica de abertura de novas frentes agrícolas, em direção ao oeste do Estado de São Paulo, o surgimento de cinturões em torno de áreas metropolitanas, colaborou neste sentido. As novas fronteiras agrícolas de SP foram abertas a partir das primeiras décadas do século XX. Essas regiões tinham terras melhores, denominadas de “terra roxa”²³ (Sakurai, 2008a p.19-22), que melhor produziam os pés de café e que agora começavam a despontar com outras produções, notadamente em relação à mudança de orientação da produção. O café, produto de exportação por excelência do Brasil, continuava em mãos brasileiras. Por outro lado, os migrantes japoneses entraram para suprir uma deficiência notada, a saber, em relação ao suprimento de hortaliças, frutas, verduras e legumes que seriam consumidos nas cidades.

Da década de 1910 a frente, núcleos e colônias apareceram²⁴. E nos locais os moradores fundavam associações, que dirigiam

²³ A “terra roxa” é um tipo de solo fértil e resultado de sedimentos basálticos vulcânicos, ocorridos na era mesozóica. Foi denominado de terra roxa pelos italianos “*terra rossa*” que quer dizer “terra vermelha” em italiano.

²⁴ Iguape (1913), Juqueri (1913), Cotia (1914, berço da Cooperativa Agrícola de Cotia), Tokyo, na E. F. Paulista (1915), Hirano (1915), na Linha Noroeste, Vai-Bem (1916), na E. F. Sorocabana; Brejão (1916, Sorocabana), na estação de Álvares Machado, Itacolomi (1918, Estrada de Ferro Noroeste), Birigui.

a vida das comunidades, instalando centros comunitários, que serviam também como salas de aula, campos de esporte; locais de reuniões sociais, em suma, e que foram fundamentais para a fixação efetiva dos colonos. Os núcleos de Registro, Iguape e Sete Barras – no vale do Ribeira, sudoeste do Estado de SP – foram iniciados em 1913 com a concessão pelo governo do Estado de uma área de 50.000 hectares²⁵, mais 50.000 hectares no local próximo de Registro, ao Sindicato de Tóquio, uma empresa colonizadora paraestatal. Na colônia de Iguape, trinta famílias iniciaram a rizicultura, com relativo sucesso. Para esse resultado contribuiu o apoio do Sindicato denominado *Brasil Takushoku Kabushiki Kaisha*, que seis anos depois foi incorporado à *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*, fundada em 1917 - KKKK²⁶. A participação das companhias de emigração foi fundamental²⁷ para fixação e ampliação das colônias japonesas. O objetivo era fixar colonos proprietários em terras adquiridas por elas, em acordos de compra. Há registros de que o primeiro núcleo espontâneo de agricultores japoneses se deu por iniciativa do Governo Federal, na colônia de Monções, localizada na estação Cerqueira César da estrada de ferro Sorocabana, São Paulo, na qual cinco famílias se tornaram os primeiros proprietários de terras entre imigrantes japoneses, com área média de 24 hectares, e se dedicaram ao plantio de algodão (YAMANAKA, 2009, p.118).

²⁵ Hectare: medida de superfície; um Hectare refere-se a 10.000 m².

²⁶ Pelos anos de 1920, a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A.) - constituída em 1917 da fusão de várias empresas de emigração, tornou-se uma empresa subvencionada pelo próprio governo do Japão, para a promoção da emigração japonesa ao Peru e ao Brasil. No Brasil esteve envolvida em atividades relacionadas à colonização de assentamentos de imigrantes japoneses, particularmente no Estado de São Paulo.

²⁷ As empresas de emigração e colonização, em sua maioria de capital japonês, associadas a fazendeiros proprietários de grandes áreas, e ainda empresas ferroviárias de capital estrangeiro, promoveram loteamentos para imigrantes em geral, vendendo pequenos lotes de terras, arrendando, admitindo como empreiteiros de formação de café, e mesmo de meeiros. Havia na época interesse das três partes em conciliar a vocação climática da cultura de café, menor custo da construção de ferrovias e rentabilidade de negócios imobiliários de loteamentos de terras agrícolas.

A partir da segunda metade da década de 10, começava a ficar evidente a expansão dos núcleos no interior do Estado de SP ao longo das vias abertas pelas novas estradas de ferro²⁸, na zona noroeste, nas regiões de araraquarense, alta sorocabana e alta paulista. Em 1918, ao que se saiba, 450 nipônicos eram proprietários de cinco mil alqueires em São Paulo (Idem, p.119-112). O trabalho dos colonos nesse período acontecia sob regime de contratista – ou seja, por um período determinado em contrato no qual se executam as tarefas, e que ao fim do contrato poderiam ser renovados ou não – o que favoreceu a transformação dos imigrantes em pequenos proprietários. Nesse regime de trabalho, os agricultores desbravavam novas regiões para cultivarem café, comprando ou arrendando como meeiros²⁹ um lote de terra para sua produção familiar.

Essa produção familiar pode ser caracterizada como o germe de um movimento de autonomia e de uma ‘revolução’ ocorrida no Brasil na área da agricultura, pois calcada na pequena propriedade e em produtos que em um primeiro momento visavam o

²⁸ A primeira estrada de ferro construída ligou Santos a Jundiaí em 1867. No ano seguinte construiu-se a companhia Paulista de Estrada de Ferro, com diversos ramais. A Companhia Mogiana da Estrada de Ferro (1872) seguiu em direção a Ribeirão Preto (1883) e Franca (1887), alcançando as margens do Rio Grande em 1888. Na última década do século XIX, foi criada a Estrada de Ferro Araraquarense, partindo de Araraquara, atingindo Rio Preto em 1912 e seguindo em direção ao Rio Paraná. A Estrada de Ferro Sorocabana foi construída em 1872, ligando São Paulo a Sorocaba (1877), Botucatu (1889), Salto Grande (1910), Presidente Prudente (1920), e foi a que mais lentamente avançou até atingir a barranca do rio Paraná. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, organizada em 1904 partindo de Bauru, chegou a Araçatuba em 1908. Desse ponto seguia o rio Tietê até Lussanvira, seu ponto final. Os imigrantes iniciais das Três Alianças alcançaram os seus respectivos lotes por esta ferrovia. Posteriormente, de Araçatuba, partiu uma ferrovia variante que atingia a margem do rio Paraná. Transpondo-o através de uma ponte no rio Tietê, adentra o Estado do atual Mato Grosso do Sul, chegando a Campo Grande e Corumbá, onde atravessa a fronteira com a Bolívia. A construção desta ferrovia teve a participação dos japoneses, sobretudo de okinawanos, que posteriormente fixaram-se na cidade de Campo Grande.

²⁹ ‘Meeiro’ é uma designação para um regime de trabalho em formato de colonato no qual o colono fornece ao dono da terra metade da produção.

suprimento das necessidades diárias e foram incluídos na dieta brasileira. Primeiramente, as colônias se edificaram com lavouras de algodão e arroz, de ciclo curto, e, simultaneamente, para atendimento de suas necessidades de hábitos alimentares, ou seja, de plantas cujas sementes trouxeram do Japão, como a soja, arroz tipo cateto, feijão *azuki*, couve japonesa (*hakusai*), nabo, rabanete, batata-doce, inhame, cebolinha, *renkon*, *rakyo*, *nira*, *shungiku*, *udo* etc., pois os alimentos predominantes no Brasil eram a carne-seca, feijão, arroz, farinha de mandioca, dificilmente aceitos pelos imigrantes, exceto as frutas, como a banana e mamão. Com a ampliação das colônias, desenvolveram-se locais voltados à produção de café, arroz, algodão, milho, chá, bicho da seda, além da produção – na região de entorno à capital de São Paulo, de hortaliças para o abastecimento da cidade. Nesse sentido, os pequenos núcleos de Iguape, Registro, Promissão, Lins e Suzano ajudaram a desenvolver os atuais municípios de São Paulo, além de colaborar diretamente na formação da megalópole paulista ampliando suas formas de sustentabilidade alimentícia.

Ampliação das colônias e ação das empresas de colonização

A década de 1920 foi conturbada economicamente no Brasil, em boa medida, por continuas desvalorizações no mercado do café e, somado a isso, a política brasileira oscilava tanto quanto sua economia, com revoltas internas em diversos Estados. Do ponto de vista da imigração, os nacionalistas criticavam a tendência ao isolamento das comunidades migrantes, colocando em questão os financiamentos e apoios para esses movimentos (SAKURAI, 2008a, p.21-22). Em decorrência, os debates sobre a ‘inassimilação’ dos japoneses na sociedade brasileira prosseguiram e se acirravam, conforme o quadro da migração se modificava e ampliava sua presença pelo Estado de São Paulo. Houve considerações de que os imigrantes japoneses eram ‘inaptos’ como trabalhadores em fazendas de café e onerosos, em relação aos custos variados até a fixação nas fazendas, comparativamente aos imigrantes

portugueses, italianos e espanhóis, o que implicou em suspensão do subsídio do governo do Estado de São Paulo em 1921.

Esse fato levou o governo japonês a subsidiar diretamente a vinda dos colonos nos acordos posteriores, pagando integralmente a passagem dos emigrantes para o Brasil, além de arcar com a taxa da companhia de emigração. Com essa medida, os números exponenciaram. De acordo com Sakurai (Idem), de 1908 a 1924 registrou-se a entrada de 32.366 indivíduos, enquanto que no período de 1924 a 1935 foram 141.732 imigrantes registrados. Essa etapa engloba os anos de 1925 a 1941 e pode ser considerada como o segundo momento da imigração japonesa, tomada como “imigração tutelada” (SAKURAI, 1999; 2000), pois é pela iniciativa do Japão que o movimento migratório prosseguiu. Embora com problemas pontuais, os fatores que podem explicar a continuidade da imigração e interesse de ambos os países são: uma ampliação considerável nas relações econômicas entre Brasil e Japão envolvendo diversos produtos de exportação na pauta brasileira, entre eles o algodão. Com o aumento da produção agrícola brasileira, e principalmente do algodão a partir de 1927 pelos colonos japoneses, a iniciativa privada do setor no Japão se interessou na sua importação e, mais tarde, chegou a investir nos núcleos de colonização e em unidades de beneficiamento. Também nesse momento amplia-se o interesse do Japão, canalizando diretamente seu fluxo emigratório para o Brasil, visto que o Peru deixava de receber os japoneses e os EUA encerraram definitivamente a sua entrada no país, por meio da *quota immigration Law* de 1924. Associado a isso estavam mudanças no modelo emigratório japonês, cujo Estado passou a assistir diretamente a saída de colonos. O surgimento no Brasil da BRATAC, Sociedade Colonizadora do Brasil – *Brazil Takushoku Kumiai*, em 1928 – é ícone deste período³⁰.

³⁰ Resumidamente a BRATAC consistiu na operação – no Brasil – da Federação de Sociedades de Emigração das Províncias do Japão, e por meio de sua atuação grandes lotes de terras foram adquiridas em São Paulo e Paraná pelos japoneses, possibilitando que os colonos pudessem ser assentados em lotes como pequenos proprietários.

Por exemplo, em junho de 1928 a BRATAC comprou, na região da Alta Paulista, uma gleba de 28 mil hectares para loteamento em propriedades de 20 a 40 hectares, vendendo-as para os japoneses. Por meio da ação dessa empresa foram assentadas as mais importantes colônias dessa fase: Tietê [Pereira Barreto], Bastos e Assaí [Paraná]. Também é nessa fase que ocorre a colonização de outras regiões no Brasil: Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais. E, em particular, via-se uma corrente para o Norte do país. Para se ter uma ideia, em 1928 as companhias japonesas adquiriram terras no Paraná, Pará e Amazonas que somaram, em cada Estado, um milhão de hectares.

Pioneiros e colônias em outros Estados

A presença de imigrantes japoneses no norte do Estado do **Paraná**³¹, de forma significativa, ocorre na década de 30, mais precisamente em 1932, quando a BRATAC inicia as vendas de lotes no núcleo de Três Barras, cuja vila principal se denominava Assaí. Era uma área de 44.710 hectares e seus lotes passaram a ser vendidos depois que o governo restringiu o plantio de novos cafezais devido à superprodução. A penetração dos imigrantes no Paraná se fez através de duas frentes; a primeira, a partir de 1915, que chegou a Curitiba, estabelecendo-se nos bairros de Uberaba, Campo Comprido e Santa Felicidade; a segunda, ao norte do Estado, extensão da frente de expansão pioneira do Estado de São Paulo. A colonização de Bandeirantes começou em 1927 com a fazenda Nomura. Os pioneiros de Cornélio Procópio entraram em 1928 e em 1929 surge, entre outras, a fazenda Atomiya. Três Barras iniciou em 1932, depois de Lon-

³¹ A colonização começou em Cambará a partir de 1913, trabalhando como colonos na fazenda dos Barboza Ferraz. Em 1917, surgia um agrupamento de pequenos proprietários de terra recebendo o nome de núcleo da Vila Japonesa. É fundada uma associação japonesa em 1918, e em 1921 surgem as primeiras escolas primárias.

drina. Urai (Pirianito, antes da guerra) desenvolveu-se a partir de 1936 por intermédio da “*Nambei Toti Kabushiki kaisha*”³²; no Paraná, a produção envolveu ao longo dos anos as culturas de café, arroz, algodão; a criação do bicho da seda, além de hortifruticulturas e cereais.

No Estado de Mato Grosso, hoje **Mato Grosso do Sul**, teve início com os imigrantes da primeira leva que deixaram as fazendas do interior paulista. Muitos deles retornaram à cidade de Santos, e lá tiveram conhecimento de recrutamento para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no Estado de Mato Grosso. 75 japoneses partiram em um navio cargueiro de Santos para o estuário do Rio da Prata, subindo até a confluência do Rio Paraguai até Porto Esperança. Em 1909, outras 57 famílias provenientes da fazenda Dumont e Floresta seguiram para a construção da Estrada de Ferro Noroeste no trecho faltante até a barranca do rio Paraná. Os japoneses que se fixaram nesse Estado eram em sua grande parte de okinawanos. O aumento de imigrantes japoneses em Campo Grande ocorre a partir de 1917. Fundaram o núcleo ‘Mata do Segredo’ e cultivaram batata, arroz e cana-de-açúcar, além de fornecerem hortaliças para a guarnição militar daquela localidade. Por volta de 1920, eram cerca de 50 o número de famílias japonesas, chegando a 600 por ocasião do cinquentenário da imigração.

Em 1928, o Governador do **Amazonas** Efigênio Sales concedia a Kosaku Oishi 25.000 hectares para o cultivo do Guaraná. Foi fundada a Companhia de Desenvolvimento de Maués, que mais tarde (1940) viria incorporar-se à Companhia do Desenvolvimento Industrial da Amazônia, em Parintins. O primeiro contingente de 50 colonos com destino à Amazônia chegou ao município de Maués-AM no início de 1930. O segundo contingente, constituído de 66 pessoas, desembarcou no mesmo local em 23 de julho de 1930. Nesse ano, a Companhia de Desenvolvimento In-

³² Companhia Colonizadora América do Sul.

dustrial da Amazônia abrigava 195 pessoas. Em 20 de junho de 1931 chegavam à Vila Amazônia (ex-Vila Batista), no município de Parintins-AM, 35 alunos integrantes da primeira turma da Escola Superior de Colonização do Japão 'Kokushikan' (*Kokushikan Koto Takushoku Gakko*), sendo responsáveis pela introdução da Juta na Amazônia, contribuindo significativamente por três décadas (1940/50/60) para o desenvolvimento da economia local.

No **Pará** surgiu um núcleo de colonização e imigração de japoneses com apoio dos governos do Brasil e do Japão em Acará, atual Tomé-açú, que recebe em 1929 as primeiras 43 famílias para o cultivo do cacau, o que possibilitou o assentamento, mas essa cultura não foi bem sucedida (SAKURAI, 2008a p. 22). Essa colônia floresceu de fato antes da Segunda guerra Mundial graças à produção de pimenta-do-reino, cuja produção era para o abastecimento interno e exportação. Como se sabe, o cultivo dessa pimenta foi introduzido no Brasil pelos imigrantes japoneses³³. Abriu-se no Pós II Guerra uma linha de emigração do Japão diretamente para a região Norte do Brasil, em boa medida pelo sucesso dessa colônia. No início da década de 60, porém, as plantações começaram a ser infectadas por uma doença que atacava a raiz e secava os ramos e as folhas. Mais de 10 milhões de plantas foram atingidas, acarretando prejuízos a todos os produtores, além da diminuição do tempo de produção das plantas de vinte para sete anos. Posteriormente, a **Embrapa**, pelo convênio de cooperação técnica com a **Jica**, possibilitou aos especialistas japoneses descobrir que a enfermidade da pimenta-do-reino era causada por um fungo identificado como *Fusarium solani* (YAMANAKA, 2009, p.149). Atualmente, depois de aplicar mais de seis milhões de dólares em continuidade à cooperação técnica, essas instituições juntas promovem pesquisas para o desenvolvimento sustentável da região amazônica oriental, be-

³³ A história da introdução da pimenta-do-reino tornou o município de Tomé-Açu um novo 'eldorado' em plena floresta amazônica, cujo acesso só era possível via fluvial, por barcos que cobriam o trecho em aproximadamente doze horas de viagem pelo rio Acará.

neficiando os maiores centros de concentração de descendentes de japoneses, como Tomé-Açu, Santa Isabel e Castanhal, no Estado do Pará. A produção envolveu arroz e hortaliças, além de aproveitamento de frutas nativas como cupuaçu, bacuri, acerola, maracujá, graviola e goiaba.

No Estado do **Rio Grande do Sul**, em 1936, na região de Santa Rosa, no município de Horizontina, foram estabelecidas 18 famílias japonesas pela empresa de colonização KKKK. O empreendimento fracassou principalmente pela iminência da Segunda Guerra Mundial, fazendo com que esses imigrantes deixassem a colônia dispersando-se por outros Estados brasileiros, e uma parte deles se mudou para a região de Pelotas, São Leopoldo e arredores. Em 1956³⁴, 23 jovens solteiros com idade entre 17 e 26 anos, dentre os quais 22 técnicos agrícolas, desembarcaram no porto do Rio Grande. Desde então, desembarcaram diretamente do Japão um total de 1.786 japoneses no Rio Grande do Sul. Atualmente existem projetos de fruticultura de clima temperado no Estado do Rio Grande do Sul, desenvolvendo a cultura das maçãs do tipo Fuji, além da plantação de kiwi e nectarina.

No Estado do **Rio de Janeiro**, em diversas cidades, as iniciativas para introdução dos imigrantes ocorreram, mas o fluxo começou de fato na década de 1930, ampliando-se no pós guerra, com um objetivo delimitado pelo Ministério da Agricultura: formar um cinturão verde para abastecer a capital federal com produtos agrícolas e implementar uma política relacionada às propriedades rurais na baixada fluminense, visando dividir os grandes latifúndios subutilizados e reapropriar as propriedades públicas povoadas ilegalmente. Por exemplo, o Núcleo Colonial de Santa Cruz, criado por decreto diretamente pelo presidente Ge-

³⁴ Sabe-se que vinte e cinco famílias japonesas oriundas de São Paulo se estabeleceram no Rio Grande do Sul antes de 1956. Os imigrantes, nos municípios de Porto Alegre, Ivoti, São Leopoldo, Gravataí, Itapoá, Viamão, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Itati, Ijuí, Bagé, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Carazinho, e Passo Fundo, somam atualmente cerca de 1.500 cidadãos japoneses e 2.500 descendentes (YOSHIOKA, 2009, p.32).

túlio Vargas³⁵. A partir dessa experiência, foram criados diversos outros núcleos pelo Estado, com produção variada de hortaliças, fruticulturas, além de flores, e criação de aves. O que gostaríamos de reter neste momento é a ampliação da colonização japonesa mediante um aumento do papel desempenhado pelas companhias de emigração no processo de aquisição de terras, além de começar a dirigir a atenção do poder público para as colônias. É um fato importante que permitiu que nos variados locais as colônias prosperassem foi o associativismo em cooperativas, que contribuiu significativamente para o sucesso da imigração nos negócios agrícolas, protegendo os interesses dos produtores.

Cooperativas de produtores agrícolas

A produção agropecuária dos japoneses imigrantes dependeu da vocação regional e do mercado, mas em síntese envolveu as culturas da batata, do algodão, fruticultura e hortaliças e as criações de bicho-da-seda e avicultura. Os núcleos de colonização de iniciativa e liderança das organizações colonizadoras, além das orientações e assistências de técnicos e especialistas, receberam instalações de armazéns e máquinas de beneficiamento, na fase primária de processamento, financiadas a longo prazo, mas com compromisso de entrega dos produtos destinados à exportação. À semelhança da constituição de famílias compostas para atendimento das condições de aceitação dos imigrantes japoneses pelos fazendeiros de café de São Paulo, os que se tornaram independentes e conseguiam adquirir propriedades, e os que foram assentados em núcleos de colonização das empresas de colonização de capital japonês e mesmo das públicas (do governo do Estado de São Paulo e da União), tiveram de associar grupos de famílias para obtenção de escala para a produção agrícola e comercialização de seus produtos e para a aquisição de insumos e equipamentos (YAMANAKA, 2009, p. 121-122).

³⁵ Decreto-Lei No. 8.993, de 26 de novembro de 1938.

Os produtores, na comercialização de seus produtos, não raro eram explorados pelos atacadistas e vendedores, e iniciaram organizações conjuntas em cooperativas de produtores para as vendas e compras em comum. Mesmo antes da existência de uma legislação no Brasil sobre o sistema cooperativo de produção e comercialização, os japoneses foram pioneiros: no norte do Estado de São Paulo, adentrando no Estado de Minas Gerais, constituíram em outubro de 1919 o Sindicato Agrícola Nipo-brasileiro, juridicamente uma sociedade de capital aberto, com sede em Uberaba, fundamentado em princípio cooperativista, cuja primeira norma legislativa brasileira somente fora promulgada em 1932³⁶. Evidentemente que essa forma de associação não foi invenção dos imigrantes, mas remete a uma tradição japonesa de atividades coletivas e que muito favoreceu os imigrantes japoneses no Brasil (LOURENÇÃO, 2010, p. 64-93). Em 1927, sucessivamente foram constituídas as Cooperativas Agrícolas Sul Brasil e Cotia, e, na sequência, as cooperativas regionais e centrais em todos os locais onde os imigrantes japoneses se tornavam proprietários-agricultores. Em São Paulo: a Cooperativa Agrícola Bandeirantes, a Cooperativa Central de Bastos, a Cooperativa Agrícola da Fazenda Katsura de Iguape, a Cooperativa Agrícola de Registro etc. e todas elas se tornaram representativas do setor cooperativista e ícones da coletividade nipo-brasileira nos anos posteriores.

Alguns reflexos

A situação política na década de 30 e 40 no Brasil foi conjuntamente definida pela entrada na Presidência da República de Getúlio Vargas em 1930, político do Estado do Rio Grande do Sul, mudando a orientação anterior dada pela política do “Café com Leite” – ou seja, a Presidência da República era alternada por políticos de dois Estados da Federação, Minas Gerais e São Pau-

³⁶ Decreto Federal nº 22.239.

lo³⁷. Getúlio governaria o Brasil pelos próximos quinze anos³⁸, retornando à presidência na década de 1950 – quando é eleito democraticamente – e governa até o seu suicídio, ocorrido em agosto de 1954. Nesse período, o Brasil passa por uma série de levantes civis e militares e uma conturbada agenda política. Data dessa época a criação de uma série de códigos – civis – sendo consolidadas as leis trabalhistas, de âmbito nacional, além de medidas restritivas a imigrantes.

As entradas de imigrantes em números expressivos bem como a aquisição de grandes áreas de terra pelos japoneses suscitaram o temor de muitos representantes da administração pública, bem como de políticos eugenistas – que desde o início da imigração colocavam dificuldades – e até órgãos da imprensa nacional. Por exemplo, o *Jornal do Brasil* insurgiu-se contra a formação de grandes colônias de estrangeiros, quando da compra de terras pela BRATAC, no Paraná (SAKURAI, 2008a, p.23). As colônias na Amazônia também seriam alvo de críticas, pela ideia de que em regiões isoladas pudessem se formar núcleos separatistas. É importante frisar que, ao menos desde a mudança para a República – 1889 –, em forma direta os militares estiveram à frente dos projetos de nação diretamente até 1985. Por essa razão, fica clara a preocupação de colonização de um território tão amplo e frouxamente povoado. E dúvidas quando esses locais de colonização têm tendência a se fechar em uma vida comunitária praticamente autossuficiente.

A polêmica racial ganha impulso na década de 30, em um contexto interno de crescimento das desconfianças em relação aos estrangeiros e de ascensão do nacionalismo extremista e as atitudes de preservação da identidade e cultura dos imigrantes,

³⁷ Minas Gerais e a produção pecuária e São Paulo, centro do Café; a Primeira República – 1889 a 1930 – é praticamente orientada em sua política pelos interesses dos dois Estados, pelo aumento de poder econômico decorrente do café.

³⁸ 1930 a 1945.

entre eles, e, principalmente, os alemães e japoneses – muitos alheios aos modos de vida brasileiros – acabaram tomadas por correntes xenofóbicas de políticos como tendências à ‘inasimilação biológica’, em voga desde o início do século para o caso dos japoneses. Durante os debates para a constituição de 1934³⁹, Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Artur Neiva (Sakurai, 2008a p.23) lideraram o projeto de restrição da imigração de japoneses, sob o pretexto da insolvência étnica e da segurança nacional, ameaçada pelas “aspirações imperialistas japonesas”⁴⁰. No clima complexo em que se colocava o momento – xenofóbico, golpista e com levantes militares – foi votada uma emenda que restringia a 2% a entrada de cada corrente imigratória estrangeira e vedava a concentração de imigrantes em qualquer território da União (SAKURAI, *idem*). Da década de 1930 até a Segunda Guerra Mundial, a situação enfrentada pelos imigrantes foi bastante difícil. Em 1939 foram fechadas escolas, associações culturais e jornais em língua estrangeira no Brasil. Com a guerra, passou-se à proibição de entrada de livros em língua estrangeira, proibições de agrupamentos de pessoas e medidas de

³⁹ Essa Constituição formulou as bases para um regime “democrático”, e nela foram citados avanços para a área trabalhista e a inclusão de outros atores sociais, visando um equilíbrio difícil de ser conciliado no momento, ao se somar a classe média e os industriais, junto aos ruralistas e militares. Em certo sentido essa Constituição foi consequência da Revolução de 1930, que instalou Getúlio Vargas no poder e posteriormente foi uma resposta à Revolução Constitucionalista de 1932. A Carta de 1934 foi substituída por outra, outorgada em 1937 quando tem início a ditadura de Getúlio Vargas.

⁴⁰ Em 1894 o Japão declara guerra contra a China e opta por receber, além da pesada indenização pecuniária, a ilha Formosa, atual Taiwan; em 1904 ocorre a guerra Russo-Japonesa. Ainda anexou a Coreia em 1910; a Manchúria foi invadida e constituiu um Estado de independência fictício. Enviou expedição militar e ocupou Xangai em 1932. Invadiu a China em 1937. Em 1942 bombardeou Pearl Harbour e conquistou praticamente todo o sudoeste da Ásia. Ora, essas guerras foram interpretadas pelos políticos brasileiros de diferentes formas ao longo do tempo, desde um modo do Japão se firmar perante as outras Nações – o que auxiliou positivamente para o início da imigração japonesa no Brasil, pois associava-se ao Japão o sucesso de um projeto de Nação, fato esse que o Brasil não conseguira – até a interpretação de vocações imperialistas, mais em voga na década de 1930, e tomadas com ressalvas pelas elites brasileiras. Não era difícil juntar esses fatos e a imigração japonesa, através da qual até uma “invasão japonesa” seria concebível no Brasil.

caráter restritivo, prisões sumárias e outras. Nesse cenário foi interrompida a corrente migratória japonesa para o Brasil, que só viria a recomeçar em 1952. Com a retirada dos representantes diplomáticos do Japão no Brasil – pelo contexto de guerra – o isolamento foi somado à sensação de abandono das comunidades pelo seu país de origem. E, imediatamente ao fim da guerra, as tensões no interior das comunidades se evidenciaram diante da sensação de isolamento e discriminação, dando origem a boatos que correram oralmente sustentando a tese de que o Japão não havia perdido a guerra, o que desencadeou crises e mortes nas colônias japonesas, encabeçadas pelos próprios imigrantes e descendentes.

Não obstante, a inserção dos imigrantes ocorreu, apesar dos pesares. Trocas culturais, casamentos interétnicos ocorriam, embora em números pouco expressivos (SAITO, 1980, p.81-89). Nessa primeira fase, a presença de capital japonês por meio das empresas de colonização foi de fundamental importância para garantir o sucesso da colonização. Porém, levando-se em consideração os investimentos diretamente relacionados à imigração e colonização, a presença do capital japonês no Brasil, antes da Segunda Guerra Mundial, foi pequena, comparando-se ao que se veria nos anos seguintes.

Pós-guerra – conjugação de interesses

Os primeiros movimentos para a reativação da imigração de japoneses para o Brasil começaram em 1951 e em 1952, com a entrada em vigor do Tratado de Paz de São Francisco, e foram regularizadas e reativadas as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão com a instalação da Embaixada e de Consulados no país. A imigração no pós-guerra foi reiniciada em 1952, (SAKURAI, 2008a,b) envolvendo uma série de negociações sobre a viabilidade da reabertura. Sakurai (Idem) afirma que o governo brasileiro reiniciou as nego-

ciações para entrada de imigrantes, pois estava engajado no programa das Nações Unidas de acolhimento a refugiados e tinha interesse no recrutamento de mão de obra qualificada entre as populações afetadas pela guerra. Logo, acordos entre governos e contratos particulares foram feitos. Alguns acordos, estabelecidos por particulares, foram responsáveis pela maior parte de entradas de imigrantes japoneses no Brasil nesse período, e posteriormente se transformaram em investimentos, não mais apenas como financiamento para migração e colonização⁴¹.

Novas autorizações foram concedidas pelo governo brasileiro, sendo a primeira por iniciativa do Sr. Kotaro Tsuji, que, em audiência com o Presidente Getúlio Vargas, solicitou autorização para a introdução de 25 mil Japoneses para o aumento da produção de Juta, através da Companhia Santarém de Juta, e recebeu uma quota de 5 mil famílias; simultaneamente, o Sr. Yasutaro Matsubara recebeu uma quota de 4 mil famílias, para a região de Marília, no Estado de São Paulo, e para promover a colonização de mais de 500 mil hectares em Rio Ferro, no estado de Mato Grosso do Sul, na área de Dourados. Ambos com a determinação presidencial de contribuir para o desenvolvimento do interior do país, devendo assentar os imigrantes em colônias federais ou estaduais⁴².

⁴¹ Desde a reabertura até o início dos anos 1980, entraram no país 46.401 imigrantes japoneses (SAKURAI, 2008a, P.26).

⁴² Por iniciativa da Cooperativa Central Agrícola de São Paulo, liderada pelo Sr. André KiyoshiHori e pela Associação Paulista de sericultura, foi autorizada pelo INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização), a primeira imigração de 200 famílias para a colonização voltada à sericultura (1954). Na mesma época, o primeiro grupo de 129 pessoas foi admitido pela Cooperativa Agrícola de Tomé-Açu, no Pará, como colonos produtores de pimenta do reino, e igualmente, na colônia de Bela Vista, no Estado do Amazonas, e na colônia de Matavi, no território do Amapá. No nordeste brasileiro, a imigração começou pelo Estado da Bahia, em Ilhéus, com as primeiras 38 famílias, somando-se a essas mais 14 para a colônia de Uma. No sul do Estado da Bahia tem-se a cultura do mamão tipo *papaya*.

Em termos gerais, a década de 1950 no Brasil foi marcada por dois fatores relacionados: o suicídio do Presidente Getúlio Vargas – que passaria aos registros históricos como ‘pai dos pobres’ pelas leis de defesa aos trabalhadores –; e pelo governo e política de Estado Desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek [1956-1961]. A conjuntura política foi relativamente favorável para o governo de Juscelino, que em seu mandato presidencial lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento, também chamado de “Plano de Metas”, que tinha o célebre lema “*Cinquenta anos em cinco*”. O plano tinha 31 metas distribuídas em cinco grupos: Energia, Transportes, Alimentação, Indústria de base, Educação, e, a meta-síntese: a construção de Brasília. O Plano de Metas visava estimular a diversificação e o crescimento da economia brasileira, baseado na expansão industrial e na integração de todas as regiões do Brasil através da nova capital localizada no centro do território brasileiro, na região do Brasil Central. O Estado se empenhou em colocar o país na direção da rápida industrialização e expansão de fronteiras agrícolas com o objetivo também de povoar áreas antes pouco habitadas, o que tem uma linha de continuidade política desde antes da guerra. O deslocamento da Capital Federal do Rio de Janeiro para o centro do país abriu caminho para a abertura de polos regionais irradiando-se do centro-oeste⁴³. Ora, os núcleos e colônias japonesas acabaram articulados por esses planos, colaborando para isso os programas e acordos com o Japão.

⁴³ Por iniciativa da Cooperativa Central Agrícola de São Paulo, liderada pelo Sr. André KiyoshiHori e a Associação Paulista de sericultura, foi autorizada pelo INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização), a primeira imigração de 200 famílias para a colonização voltada à sericultura (1954). Na mesma época, o primeiro grupo de 129 pessoas foi admitido pela Cooperativa Agrícola de Tomé-Açu, no Pará, como colonos produtores de pimenta-do-reino, e igualmente, na colônia de Bela Vista, no Estado do Amazonas, e na colônia de Matavi, no território do Amapá. No nordeste brasileiro, a imigração começou pelo Estado da Bahia, em Ilhéus, com as primeiras 38 famílias, somando-se a essas mais 14 para a colônia de Uma. No sul do Estado da Bahia tem-se a cultura do mamão tipo *papaya*.

O governo japonês criou uma infraestrutura sob o comando do ministério das relações exteriores para arregimentar e selecionar os emigrantes, não só para o Brasil, mas para outros países da América latina. A seleção se efetuou sobre jovens solteiros, com escolaridade superior ou média, de preferência os formados em cursos especializados em agricultura e técnicas industriais (SAKURAI, 2008a,b). Essa infraestrutura, liderada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, se deu através da **Kaikyoren**⁴⁴, Japan Immigration Services - **Jamic e Jemis**. Houve propostas de japoneses residentes no Brasil, interessados em promover empreendimentos de colonização para introdução de migrantes do Japão. As cooperativas de produtores agrícolas do Estado de São Paulo – particularmente a Cotia e a Central de São Paulo – que se envolveram em negócios de imigração e colonização, detentoras de um quadro técnico de especialistas em fomento agrícola e de estrutura de apoio para a comercialização dos produtos de seus cooperados, para aquisição e distribuição de insumos e equipamentos, aproveitando o conhecimento técnico dos recém emigrados e sobretudo de financiamentos agrícolas, tiveram sucesso em seus empreendimentos. É o caso dos imigrantes denominados “Cotia Seimens” (Jovens de Cotia), que vieram a partir de 1955, selecionados e orientados pela Federação da Cooperativa Central do Japão, em sucessivas levas de aproximadamente 100 jovens solteiros, com idades entre 16 e 25 anos, que totalizaram 2.508 pessoas, das quais mais da meta-

⁴⁴ Com a ampliação do número de emigrantes japoneses no pós-guerra para o Brasil, foi constituída no Japão, em 1954, a Federação das Associações Japonesas de Emigração, e no ano subsequente foi fundada a *Nihon Kaigailjuu Shinkoo Kabushiki Kaisha*, cuja filial no Brasil foi registrada em 1956 como **Jamic**. As instituições do governo japonês de antes da guerra, como a **Kaikyoren**, que apoiavam a emigração japonesa para o Brasil, foram transformadas em **Jamic e Jemis**, voltadas especificamente para a colonização e para financiamentos aos emigrantes de pós-guerra, funcionando dentro das legações diplomáticas do Japão. Os objetivos eram apoiar os candidatos com cursos preparatórios e encaminhá-los ao país de destino. A amplitude geográfica coberta por essa corrente migratória pode ser percebida pelo número de portos de desembarque utilizados: desde o tradicional porto de Santos, aos portos de Belém, Recife, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Sakurai, 2008a p.26); (YAMANAKA, 2009, p.129).

de se tornou cooperado produtor e chegou a movimentar mais de 50% das atividades da Cooperativa Agrícola de Cotia em meados da década de 1980. A tendência verificada desde o período anterior, de alta mobilidade geográfica, se repete no pós-guerra, tanto através de deslocamentos para áreas ao redor dos centros urbanos, como em centros urbanos [mobilidade rural-urbano], e para os que continuaram na agricultura, a consolidação de cinturões verdes ao redor dos centros, e também a abertura de novas frentes agrícolas, com a expansão ao cerrado.

Outro bloco significativo de imigrantes do pós-guerra foi composto por trabalhadores das indústrias. Esses tinham formação especializada: engenheiros e técnicos que vinham trabalhar na metalurgia, em projetos industriais, de montagem de máquinas e instalações, e telecomunicações. Vinham para empresas privadas japonesas que abriram filiais em São Paulo e no ABC paulista. Dos acordos bilaterais entre Brasil e Japão, foram criados a siderúrgica de **Usiminas**, em Minas Gerais, o estaleiro **Ishibras**, no Rio de Janeiro, a celulose nipo-brasileira – **Cenibra**, também em Minas Gerais – o Porto de Tubarão, no Espírito Santo, e os projetos de extração de alumínio, através da Albrás, na região amazônica. Parte da mão de obra era formada por jovens japoneses que emigraram para trabalhar com os especialistas nacionais (SAKURAI, 2008a, p. 27).

Um pouco de política econômica

Após o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, no qual o Brasil passou por acelerado crescimento econômico graças ao Plano de Metas, que era baseado na política de substituição de importações e com a construção de Brasília, surgiu uma forte pressão inflacionária no país, que se agravou com a renúncia de Jânio Quadros e com os impasses institucionais que marcaram o período de João Goulart (1961-1964), levando diretamente à tomada de poder pelos militares. O presidente Castelo Branco iniciou o período militar, que foi saudado por vários setores da sociedade

civil, e o que garantiu alguma legitimidade ao golpe foi a promessa de reorganizar o Estado Brasileiro. Castelo Branco tomou posse em Abril de 1964, governando até Março de 1967. Porém, o que era um ‘movimento militar’⁴⁵ evoluiu para um regime de repressão no comando do marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969).

Em 1964 foi criado o primeiro Programa de Ação Econômica do Governo militar – PAEG – com dois objetivos básicos: formular políticas conjunturais de combate à inflação e reformas estruturais e políticas de infraestrutura, com a expansão da indústria de base (siderurgia, energia, petroquímica) para evitar que o aumento da produção de bens de consumo duráveis – ampliada pela *política de substituição de importações* – provocasse um aumento nas importações brasileiras de insumos, que a indústria em desenvolvimento consumia. Esse programa garantiu algumas melhoras na economia brasileira, como a reorganização do sistema financeiro, a recuperação da capacidade fiscal do Estado e uma relativa estabilidade monetária, em boa medida decorrente da política macroeconômica encampada pelo Ministério da Fazenda. Em 1967, assume o ministério o economista Antônio Delfim Netto, que teve relevante papel nos acordos entre Brasil e Japão neste momento e, posteriormente, ao assumir o Ministério da Agricultura [1979] e o Ministério do Planejamento, até 1985.

No início da década de 1970, é proposto o *Plano Nacional de Desenvolvimento* – PND (1972-1974) – que definiu as prioridades do governo do general Emilio Médici [1969-1974]: crescer e desenvolver a infraestrutura brasileira, aproveitando a conjuntura internacional favorável, e consistiu no aumento de produção de bens de consumo; determinou uma reordenação da política salarial; e concedeu privilégios e vantagens a empresários interna-

⁴⁵ Apesar das promessas de retorno ao regime democrático, foram decretados ‘Atos Institucionais’ como instrumentos de repressão aos opositores, o que levou a fechamento de associações civis, proibição de greves e manifestações, intervenção em sindicatos e outras associações e também prisões, deportações, torturas e assassinatos.

cionais, o que estimulou uma maior aplicação de capital estrangeiro no Brasil, investido em variados setores, o que garantiu as condições para que o Estado captasse recursos para melhorias na indústria de base, siderurgia, petroquímica, construção naval e geração de energia hidrelétrica, além de diversas obras diretamente financiadas por governos estrangeiros, como seria o caso das relações e projetos entre Brasil e Japão. O sucesso dessa política econômica logo se tornou evidente: o crescimento da produção de bens duráveis no Brasil daquele período alcançou a taxa média de 23,6% ao ano, e o de bens de capital 18,1%. As empresas estatais cresceram. De 1968 a 1973, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média de 10% ao ano, a inflação oscilou entre 15% e 20% ao ano e a construção civil cresceu, em média, 15% ao ano. Ernesto Geisel assumiu o governo (1974-1979) em um período de ajustamento e redefinição de prioridades⁴⁶, grave endividamento externo, flutuações de desempenho micro e macroeconômico, dificuldades inflacionárias, e, mais tarde, a recessão. Em 1974 ocorreu o primeiro choque do petróleo, e provocou uma aceleração da taxa de inflação no Brasil, que passou de 15,5% em 1973 para 34,5% em 1974. O crescimento diminuiu no período 1974-1979 passando a 6,5% em média. O crescimento da dívida externa, a alta dos juros internacionais, associados à alta dos preços do petróleo, somaram-se e desequilibraram o balanço de pagamentos brasileiro. Consequentemente houve o aumento da inflação e da dívida interna e externa.

Apesar da crise, o ciclo de expansão econômica iniciado em meados de 1969 não foi interrompido. Os incentivos a projetos e programas oficiais continuaram e obras em infraestrutura foram alimentadas pelo crescimento do endividamento externo, o que

⁴⁶ A balança comercial brasileira, a partir de 1974, apresentou enormes déficits causados principalmente pela importação de petróleo, que ultrapassaram os 4 bilhões de dólares ao ano. A capacidade de geração de divisas tornou-se insuficiente para sustentar o ritmo do crescimento. No final dessa década, a inflação chegou a 94,7% ao ano; em 1980 já era de aproximadamente 110 %, e em 1983 alcançou o patamar de 200%. A dívida externa brasileira chegou a US\$ 90 bilhões, e não parou de crescer até o fim da década de 1990.

em certo sentido levou a uma crise econômica seguida da crise política, levando a transformações e ao fim do regime militar na década de 1980⁴⁷.

Projetos entre Brasil e Japão

Nas décadas de 1970 e 1980 surgem diversos acordos e financiamentos⁴⁸ entre o Brasil e o Japão, por exemplo, o **Cedaval** – Centro de Desenvolvimento do vale do Ribeira. A produção de fumo na Alta Sorocaba. O **Prodecer** – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira no Desenvolvimento de Agricultura de Cerrados e outros investimentos na área de infraestrutura. Vejamos uma descrição sucinta dos principais programas.

Em 1970, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo iniciou negociações com o Japão para a elaboração de um amplo programa de desenvolvimento do Vale do Ribeira, por meio

⁴⁷Em razão da sucessão de crises econômicas internacionais a partir de 1974, o crescimento econômico brasileiro foi instabilizado, e a pressão social aumentou. Demandas da classe média pelo fim da censura, pela anistia e pelo controle da inflação desestabilizaram o governo militar brasileiro até o fim da década. O Governo passou a estruturar, então, uma lenta transição para a democracia, iniciada pelo presidente Ernesto Geisel, em 1976. O General do Exército João Figueiredo foi eleito para o próximo mandato em 1979, com a promessa de ampliar a transição para a Democracia. Em seu governo, a anistia geral a todos os perseguidos políticos foi garantida, e algumas reformas políticas ocorreram, como a volta da eleição direta para governadores de Estado e o pluripartidarismo.

⁴⁸Depois das crises do petróleo de 1974 e 1979, os mecanismos internacionais de cooperação técnica e econômica tiveram mudanças substanciais em suas diretrizes e os países desenvolvidos, como o Japão, adequaram órgãos voltados para a cooperação técnica, financeira e econômica internacional. No Japão, a Jica centralizou vários órgãos para o fim específico de cooperação técnica aos países em desenvolvimento: o *Overseas Economic Cooperation Funde o Exportand Import Bank of Japan*, que fundidos recentemente formaram o *Japan Bank for Cooperation e Asian Development Bank*, voltados à cooperação econômica. Essas instituições do governo japonês atuaram de maneira multifocal, ora somente como órgãos oficiais, financiando projetos e programas de outros países considerados de interesse do Japão, ora de interesse somente das empresas japonesas, com vistas para exportação e importação de bens de suas necessidades.

de um acordo de cooperação técnica⁴⁹. A primeira missão oficial do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão, chefiada pelo Sr. Yuzo Sumiyoshi, ex-adido agrícola da Embaixada do Japão no Brasil, avaliou as possibilidades no Brasil e analisou a proposta técnica feita pelo Governo Paulista em dezembro de 1971. Depois da apresentação do relatório técnico em 1972, nasce o Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, para o aproveitamento de 65 mil hectares de várzeas não utilizadas ao longo do Rio Ribeira de Iguape. Era uma tentativa para transferência de tecnologia no setor agrícola, através da produção intensiva de arroz irrigado no período de verão e de hortaliças no inverno, visando abastecer dois grandes centros urbanos: São Paulo e Curitiba⁵⁰. Para a operacionalização do Plano foi instalado em Pariquera-Açu o centro físico do projeto, em convênio com a **Jica**⁵¹ e com a Secretaria da Agricultura e o Departamento de Águas e Energia (**daee**). Porém, a partir de 1976, com a mudança no comando da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, a administração do Plano foi transferida ao Instituto Agrônomo de Campinas e ao **daee**, transformando o projeto – voltado ao desenvolvimento regional – em pesquisa agrônômica.

Por iniciativa do Sr. Shiguelo Kamogawa, a Japan Tobacco Corporation (**JTC**) fez estudos para a introdução do cultivo de fumo na região da alta sorocabana. A primeira missão do JTC estudou a viabilidade da cultura no interior de São Paulo em 1973 e é assinado em 1974 um convênio entre a Secretaria da Agricultura

⁴⁹ Efetivado no Decreto No 69.008 de 4 de agosto de 1971, decreto este que Promulgou o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão.

⁵⁰ O Vale do Ribeira simboliza o berço da imigração e colonização de caráter oficial, por iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, em 1913, no distrito de Jipovura (Colônia Katsura), no Município de Iguape. (YAMANAKA, 2009, p. 132)

⁵¹ De acordo com Yamanaka (idem, p.131-132), foram recebidos como doação diversos equipamentos para a sistematização de várzeas, plantio mecanizado de mudas de arroz, valetadores automáticos, colhedoras de arroz para pequenas lavouras etc. Além da residência permanente de cinco especialistas da **Jica** para orientação das obras e fomento agrícola. Dezenas de técnicos brasileiros foram treinados no Japão.

de São Paulo. O projeto experimental foi iniciado em Presidente Prudente, concluindo-se posteriormente que a região não era adequada. A iniciativa foi transferida para o sudoeste do Paraná e Santa Catarina, sob coordenação de uma *trading company* japonesa. Dessa cooperação, o Brasil deixou de ser exportador marginal de fumo em folhas para o Japão, constando o produto nos dez maiores do agronegócio entre ambos os países (YAMANAKA, *idem*, p.133).

O Prodecer – Programa de cooperação nipo-brasileira no desenvolvimento de agricultura de cerrados – é exemplar e considerado um dos sucessos de cooperação nipo-brasileira no século XX. E o Brasil tornou-se, em boa medida por ele, o segundo maior produtor de soja do mundo e o primeiro maior exportador, em 20 anos. O programa surgiu a partir de uma conjuntura favorável, que uniu o ponto de vista brasileiro, de conseguir parceiros comerciais e financiamentos, e do japonês, de uma necessidade de assegurar fontes alternativas de produção e abastecimento de alimentos, tendo em vista as limitações internas de produção. Embora esse programa seja considerado de iniciativa privada, sua estrutura e conteúdo foram montados e negociados pelos governos de ambos os países e executado como empreendimento privado com apoio público.

Em fevereiro de 1971, após perda de investimentos no leste continental asiático⁵², a Federação das Cooperativas de Compras do Japão manifestou interesse em estabelecer uma parceria comercial entre cooperativas com a Organização das Cooperativas do

⁵² No início da década de 70, empresas japonesas tentaram implantar projetos de grande dimensão na Indonésia, mas os projetos fracassaram. Esses investimentos procuraram sanar no médio e longo prazos os problemas de abastecimento, depois das interrupções no abastecimento de cereais pelos EUA, o que impôs ao Japão a busca de novos fornecedores. As cooperativas agropecuárias, que alimentavam as suas criações de aves e animais de fontes americanas de milho, soja e seus farelos, sentiram a gravidade da sua dependência de uma fonte de abastecimento. E o Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca mandou ao exterior missões técnicas à procura de regiões adequadas para a produção em larga escala de cereais.

Brasil, então presidida pelo Sr. Antônio José Rodrigues Filho, em um contrato de aquisição de 78 mil toneladas de milho e que evoluiu para uma carta de intenções em fevereiro de 1972, entre o presidente da **Zenkoren**⁵³, Sr. Makoto Mihashi, e o Ministro da Fazenda do Brasil, Antônio Delfim Neto, objetivando a exportação de um milhão de toneladas de milho em três anos, a partir de 1973. O governo brasileiro comprometia-se com o aparelhamento e infraestrutura adequada dos seus terminais portuários, o que deu origem à cooperação econômica e financeira do Japão para o Programa de Corredores de Exportação.

Uma missão do governo japonês destacada para pesquisar o Brasil chegou em 1972, chefiada pelo Sr. Sakuei Matsumoto, chefe da divisão de cooperação econômica do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca. A missão – acompanhada de técnicos e especialistas da Secretaria da Agricultura de São Paulo, de Minas Gerais e do Governo Federal – percorreu o país, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, à procura de uma região adequada para produção em larga escala de alimentos e grãos de seu interesse. Depois de conhecer regiões viáveis, e de se inteirarem das pesquisas desenvolvidas, a missão focou o interesse no cerrado. Importante dizer que essa expansão para o cerrado era uma preocupação política do Brasil, efetuando o desenvolvimento da região central do país. Após acordos políticos diversos, que evoluíram para uma carta de intenções entre o Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka e o Presidente Ernesto Geisel, anunciada em 1974, em 1975 a **Jica**⁵⁴ enviou contínuas missões de discussão e acordos para o então denominado Programa de Cooperação Nipo-brasileira no Desenvolvimento da Agricultura do Cerrado – **Prodecer** – no qual se acordou que o projeto seria desenvolvido em uma área de 50.000 hectares⁵⁵, e também a criação de uma Compa-

⁵³ Federação das Cooperativas de Compras do Japão.

⁵⁴ Japan International Cooperation Agency.

⁵⁵ De acordo com Yamanaka (idem, p. 140), a primeira missão técnica veio em 1975, che-

nhia de Desenvolvimento Agrícola [CDA]. Para a constituição da CDA foi formada no Brasil em 1978 uma *Holding* denominada **Brasagro**, sob coordenação do Ministério da Agricultura, mas com participação acionária da iniciativa privada e bancos públicos e privados, que teriam 51% das ações ordinárias, e do lado japonês, a **Jadeco**, com coordenação da **Jica** e **Keidanren**, que deteriam 49% das ações ordinárias.

Depois da resolução das burocracias em ambos os países, em 1979, com a presença do Sr. Michio Watanabe, Ministro da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão, foi dada a abertura do **Prodecer** em Paracatu, em Minas Gerais, com a participação da Cooperativa Agrícola de Cotia, de empresários privados liderados pelo Sr. Katsuzo Yamamoto, do Banco América do Sul, empresários mineiros, além de imigrantes de pós-guerra. A repercussão do empreendimento na região atraiu a presença de outros empresários e agricultores do sul do país, o que aumentou em três vezes o investimento inicial do projeto, multiplicando as receitas e desenvolvendo a economia local. O mesmo sucesso teve o **Profir** – Programa de Irrigação do Cerrado – com 86 milhões de dólares de financiamento do governo do Japão, que introduziu tecnologias e equipamentos de irrigação, garantindo a segurança

fiada pelo Sr. Tomomi Ashikaga, diretor do Departamento de Pesquisa e Planejamento Agrícola e Florestal e pelo Sr. Shiguekatsu Watanabe, diretor do Departamento Cooperação e Desenvolvimento Agrícola, com a finalidade de pesquisar possibilidades da realização do Empreendimento de Cooperação do Desenvolvimento Agrícola Brasil-Japão. Uma grande equipe, chefiada pelo Sr. Takashi Hisamune, em fevereiro de 1976, manteve reuniões com os representantes do governo brasileiro, presididos pelo Embaixador Ítalo Zapa, chefe do departamento da Ásia, África e Oceania do Itamaraty e coordenação técnica do Ministério da Agricultura com representantes da iniciativa privada, para a discussão da primeira versão do Programa de Cooperação, quando recebeu a denominação final de **Prodecer**, no qual se acordou: o Projeto-piloto de 50.000 hectares; a constituição de uma Companhia de Desenvolvimento Agrícola (CDA), tendo como acionistas as iniciativas privadas de ambos os países, através das respectivas companhias de investimentos, para dar suporte à atividade de produção agrícola; a composição do capital da CDA seria paritária; os recursos do governo japonês seriam canalizados através da **Jica**, como empréstimo para o CDA; aquisição de terras pela CDA; e por fim a constituição das companhias de investimentos no Brasil e Japão.

da produção de trigo, soja, frutas e outros alimentos, e assegurando duas safras de cereais anualmente⁵⁶. Em suma, o embaçamento histórico da presença e sucesso da imigração japonesa no Brasil permitiu que os dois governos assinassem um amplo acordo que resultou no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (**Prodecer**). Graças à cooperação técnica e financeira do Japão, no valor de US\$ 562,9 milhões em 345.000 hectares, o Brasil tornou-se de produtor de 5,8 toneladas de soja em 1975 o segundo maior produtor de soja, em 2005, com a produção de 60 milhões de toneladas, e o primeiro maior exportador de soja do mundo em menos de 20 anos. Em segundo, os mencionados programas potencializaram o Brasil para se tornar o maior produtor de alimentos nas próximas décadas.

Também a Embrapa recebeu, no segundo semestre de 1975, uma missão oficial do governo do Japão, com o objetivo de estabelecer as linhas básicas de cooperação à pesquisa agropecuária no cerrado do Brasil, conforme a Declaração Conjunta do Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka e o Presidente Ernesto Geisel, anunciada em 1974, para viabilizar a Cooperação no Desenvolvimento Agrícola do Cerrado. No relatório elaborado pelos especialistas da **Jica** e do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão, são destacadas em síntese as seguintes linhas de cooperação: em primeiro lugar, a necessidade de pesquisas sobre o cerrado e

⁵⁶ Em 31 de julho de 2001, os governos do Brasil e Japão efetuaram a avaliação profunda do **Prodecer** e superficial do **profir**. Concluiu-se que o **Prodecer** “teve papel destacado entre os programas binacionais de desenvolvimento agrícola na região dos cerrados e, mesmo fora dela, alcançou resultados diretos e indiretos, entre eles: contribuição ao abastecimento regular de alimentos ao mundo; melhorias socioeconômicas, graças ao desenvolvimento do interior do país; desenvolvimento do agronegócio e estímulo ao desenvolvimento regional; e diversificação de países exportadores de grãos para o Japão e outros” (YAMANAKA, idem, p. 144-145). E, por fim, de acordo com a avaliação amplamente divulgada em janeiro de 2002, o projeto no cerrado forneceu uma experiência de sucesso. Para tanto foi indispensável a realização de pesquisas e experimentos visando o desenvolvimento e a consolidação de técnicas de manejo rural, de cultivo, de seleção de culturas e de correção de solo etc., paralelamente à concessão de financiamentos para a produção.

aumento das relações entre os pesquisadores do Brasil e Japão, mediante ampliação e circulação do conhecimento. Em segundo, as pesquisas indicariam como explorar o cerrado de modo eficaz e, por último, montar as bases para o início da cooperação. A cooperação contou com circulação de pesquisadores no Brasil e no Japão, fornecimento de materiais e equipamentos e intercâmbio recíproco de dados. Em março de 1976 foi assinada em Brasília a Ata de Entendimento para Cooperação Técnica entre a **Embrapa**, representada pelo seu presidente, Dr. José Irineu Cabral, e a **Jica**, liderada pelo Sr. Tomoji Egawa, para a pesquisa do cerrado, com sede no Centro de Pesquisa do Cerrado, em Planaltina.

A cooperação japonesa foi efetuada em três fases: em primeiro lugar⁵⁷, suporte técnico para o desenvolvimento agrícola do cerrado – 1977-1985 – coordenado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Estação Experimental de Uberaba, Estação Experimental Agrícola de Patos de Minas e Estação Experimental alto Parnaíba. A segunda fase⁵⁸ – Suporte técnico-científico para o desenvolvimento do cerrado – desenvolvido entre 1985 e 1992, foi coordenado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia e Empresa de Pesquisa Agropecuária de

⁵⁷ Os investimentos japoneses somaram o envio de cinquenta peritos para os centros de pesquisas; trinta e três pesquisadores brasileiros treinados no Japão para as áreas de fitopatologia, entomologia, sistemas de cultivo, relação solo-cultura-disponibilidade hídrica, cultivares, agrometeorologia, administração agrícola e análise financeira; além da doação de 706 milhões de Ienes em equipamentos. O investimento brasileiro contou com construção de novas instalações para a pesquisa, cobertura de custos locais e apoio logístico de moradia e locomoção para os profissionais.

⁵⁸ Nessa etapa foram recebidos onze peritos para longo prazo e quatorze para curto prazo para as seguintes áreas: sistema de cultivo, fitopatologia, entomologia, relação solo-cultura disponibilidade hídrica, máquinas agrícolas, agrometeorologia, administração agrícola, microbiologia do solo. Foram treinados no Japão vinte especialistas da Embrapa; também houve a doação de 207 milhões de Ienes de equipamentos e custos locais e mais 38 milhões de Ienes em equipamentos de irrigação; realização de seminários em três Estados, além de publicações de relatórios de estudos e difusão etc. A contrapartida brasileira contou com fornecimento do Campo Experimental, pagamentos de custos de terrenos e construção das instalações experimentais, além dos custos locais e logística.

Mato Grosso. Por fim, a terceira fase⁵⁹ – Suporte técnico com ênfase no manejo e conservação dos Recursos naturais –, desenvolvida entre 1994 e 1999, foi coordenada pela Empresa Maranhense de pesquisa Agropecuária e a Universidade Estadual de Tocantins. Essa cooperação foi fundamental para o sucesso dos projetos em desenvolvimento – **Prodecer** e **Profir** – e colaboraram para que a Embrapa se tornasse referência mundial em agricultura tropical.

Quando o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Santa Catarina, por sua Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (tendo em vista o Zoneamento Agroclimático da área) verificou que existia um grande potencial para o cultivo da macieira, assinou um Acordo Básico de Cooperação Técnica com o Japão. O governo do Estado de Santa Catarina solicitou, por meio do Ministério da Agricultura, a cooperação da **Jica** para a vinda do Dr. Kenshi Ushirozawa. Aqui permaneceu de 1971 a 1977, trabalhando junto ao projeto de Fruticultura de Clima Temperado – **Profit** – nas estações experimentais de Videira e São Joaquim. Essa cooperação fez com que o Brasil, de quarto maior importador de maçã do mundo em 1975, particularmente dependente da Argentina, se tornasse na década de 1990 exportador, com produção equivalente à do Japão e tendo variedades tais como Fuji, Mutsu e Gala. O sucesso do projeto motivou o governo de Santa Catarina a pleitear uma nova cooperação do governo japonês, em 1996, para a pesquisa e incentivo para o plantio de pera japonesa (nashi) na Estação Experimental de Caçador (YAMANAKA, 2009, p.145-146)⁶⁰.

⁵⁹ Foram recebidos trinta peritos japoneses nas áreas de proteção agrícola, adubação do solo, sensoriamento remoto, sistema de produção, avaliação da qualidade de água, controle de doenças e pragas, máquinas agrícolas etc.; e treinados no Japão vinte e três peritos brasileiros; também houve a doação de 247 milhões de ienes de equipamentos e custeio de realização de seminários no Japão. A contrapartida brasileira foi a cessão de terreno, prédios e instalações de laboratórios para pesquisa, campos experimentais; pagamento de custos operacionais e despesas de realização de seminários e simpósios.

⁶⁰ Para mais informações, pode-se consultar Yamanaka, p.122-164 in Harada, K. (2009).

É de se destacar a importância de algumas pessoas – por exemplo, o Ex-Ministro da Fazenda Delfim Neto, o sr. Isidoro Yamanaka, entre várias outras – que influenciaram na criação de ambiente favorável, e o fato de os programas e projetos contínuos terem sucesso. Por outro lado, empresários japoneses, políticos de expressão, pessoas que moraram com parentes no Brasil e que colaboraram na aproximação e na concretização de inúmeros programas e projetos entre os dois países, elaborados e executados pelos administradores públicos do Brasil e Japão.

Para além das cooperações técnicas em projetos agrícolas, houve também um processo de investimento japonês na infraestrutura brasileira, visando basicamente a maior eficiência da agricultura e de seu escoamento. Em 1986 e em 1987 o governo do Japão e seus bancos públicos e privados, com excesso de liquidez, instituíram o Fundo de Reciclagem para financiamento dos países em desenvolvimento, no montante de US\$ 30 bilhões. A coordenação de tomada de empréstimo dessa fonte japonesa foi feita por iniciativa de Isidoro Yamanaka – Ministério da Fazenda – quando foram relacionados vinte e sete programas e projetos de interesse dos Estados e de estatais no valor de US\$7.048 bilhões, dos quais, após negociações, foram aprovados pelo governo do Japão vinte projetos no valor de US\$ 1.643 bilhões. É de se destacar os projetos do setor agrícola, tais como: Programa de Irrigação do Nordeste - US\$ 56.7 milhões; Programa de Irrigação de Jaíba (Minas Gerais US\$ 110 milhões); Eletrificação Rural de Goiás - US\$ 95.8 milhões. E outros de infraestrutura, quase todos relacionados com o setor de agronegócios, como a melhoria do Porto de Santos - US\$ 215.6 milhões; Trem Urbano de Fortaleza - US\$ 180 milhões; Termoelétrica de São Paulo - US\$585 milhões; empréstimos para o BNDES e Banco do Brasil - US\$ 200 milhões cada. Outros projetos: despoluição do Tietê – 49.427 bilhões de Ienes [que delongou quase quinze anos para conclusão, sendo inaugurado em 2004]; Despoluição da Baía de Guanabara: 31.475 bilhões de Ienes; Saneamento da Baía de To-

dos os Santos – 7.895 bilhões de Ienes; Energia Eólica do Ceará – 6.020 bilhões de Ienes; Melhoramento Ambiental do Paraná – 23.686 bilhões de Ienes; Abastecimento de Água no Nordeste (Pró - água) – 3.595 bilhões de Ienes. Todos os projetos auxiliaram na melhoria das condições de infraestrutura brasileiras e seus efeitos – políticos e econômicos – ainda não foram completamente avaliados.

Nota conclusiva

Poderíamos dizer que os japoneses deixaram marcas profundas e auxiliaram diretamente na agricultura 'brasileira'. Desde o processo de colonização, a ampliação e diversificação do cultivo de produtos, o exemplo de organização presente nas cooperativas e uma ampliação na relação entre interesses do Japão e Brasil. Lá se vão mais de 100 anos de relações que transformaram ambas as sociedades. Atualmente um novo horizonte se apresenta em termos de entrelaçamento e ampliação de interesses. Mas os projetos para o futuro devem articular pesquisas e comunidades locais, além da viabilidade econômica, pois como a política brasileira é sujeita a oscilações, é preciso garantir a continuidade dos projetos, fundando-os por meio de diversas parcerias. Um dos desafios para o século XXI é o desenvolvimento de pesquisas de potenciais novas culturas, entre elas, as frutas tropicais e um aproveitamento científico e econômico da Amazônia.

Por fim, não devemos nos esquecer que na segunda metade dos anos 1980, em boa medida pela crise econômica brasileira e pela abertura do Japão, teve início o processo de saída dos descendentes de japoneses do Brasil em direção ao Japão, a trabalho. É o movimento conhecido como *dekasegi*, inserido no amplo processo de emigração de brasileiros para diversos países, e as divisas enviadas pelos imigrantes tiveram e têm importância para a economia brasileira. Atualmente, incógnitas se apresentam sobre o futuro desses trabalhadores no Japão depois de mais de

vinte anos de emigração⁶¹ e pós-desastre causado pelo Tsunami no leste japonês, mas um fato é notório: as relações entre Brasil e Japão incluem diversas áreas de interesse e este texto apenas forneceu um pequeno panorama – e alguns desafios.

Referências

DEZEM, R. **Matizes do amarelo**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005.

FAUSTO, B. [org] **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional : Publifolha, 2000.

GASPARI, E. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HANDA, T. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

HARADA, K. **O Nikkei no Brasil**. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEÃO, V. C. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LOURENÇÃO, G.V. Kendo: devir samuraico, mitológicas e ritológicas nipônicas. Adentrando a 'Casa Japonesa'. **Revista de Antropologia Social dos alunos do PPGAS-UFSCAR**. V.1, No. 2, p 64-93. 2009. Disponível em <http://gilvicenteworks.wordpress.com/academico/>

LOURENÇÃO, G.V. **Identities, práticas e moralidades transnacionais**: etnografia da esgrima japonesa no Brasil. 2010. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos. disponível em <http://gilvicenteworks.wordpress.com/academico/>

⁶¹ Cerca de 313.000 nipo-brasileiros estão no Japão, segundo dados de 2008 (Yamamoto: 2008).

NOGUEIRA, A. R. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeiro paulista** (1908-1922). São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros - USP, 1973.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense: Publifolha. São Paulo, 2000.

ROCHA, S. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais** - TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 439 RENDA E POBREZA: OS IMPACTOS DO PLANO REAL, Rio de Janeiro. 1996.

SAITO, H. [org]. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAKURAI, C. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada in Fausto, B. [org]: **Fazer a América**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1999. p.201-238.

SAKURAI, C. **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil**. Campinas, São Paulo. Tese de doutoramento. 2000.

SAKURAI, C. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, C. e COELHO, M. P. [org.] **Resistência e integração**: 100 anos de imigração japonesa. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SAKURAI, S. A imigração dos japoneses para o Brasil no pós-guerra (1950 – 1980). In: Cem Anos da Imigração Japonesa. História, memória e arte. São Paulo: Editora UNESP, 2008b. p. 189 – 239.

SAKURAI, C. **Os Japoneses**. Contexto: São Paulo, 2008c.

SAKURAI, C. COELHO, M. P. **Resistência e integração**: 100 anos de imigração japonesa. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SAKURAI, C., SALLES, SALLES, M. R., PAIVA, O. C. P. [orgs]. **Migrações pós segunda Guerra Mundial**. São Paulo: D'livros editora: Memorial do Imigrante., 2009.

SINGER, P. 1972. O Milagre Brasileiro - Causas e Conseqüências, Caderno Cebrap, nº 6, São Paulo.

SHAPIRO, H. **A primeira migração das montadoras**: 1956-1968, em De JK a FHC - a Reinvenção Dos Carros; organizado por ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.). São Paulo: Scritta, 1997

VIEIRA, F.I.S. **O japonês na frente de expansão paulista**: o processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo: Pioneira: Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

YAMAMOTO, L. E. "Brazilian families in a transnational context: reconstituted families", In "**REMHU**, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana". Brasília. Ano XVI, nº30 147-165, 2008.

YAMANAKA, I. A influência do Nikkei na agricultura. In: HARADA, K.[org]. **O nikkei no Brasil**. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.115-166.

SITES

Balança comercial brasileira - dados consolidados:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571> "http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571"&HYPERLINK "http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571" menu=571

(visitado em 28.04.2010)

http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100307/not_imp520620,0.php

(visitado em 28.04.2010)

<http://www.thepoultrysite.com/articles/708/brazils-booming-agriculture-faces-obstacles>

(visitado em 28.04.2010)

Recepção dos artigos: 30/06/2015

Data de aprovação 30/07/2015